

FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA: NOVAS
ABORDAGENS**

**“SOB A BATUTA DA TUTELA MILITAR EM SERGIPE”:
PERSEGUIÇÕES, TORTURAS E CASSAÇÃO DOS DIREITOS
CIVIS E RESISTÊNCIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS BANCOS
ESCOLARES.**

Aracaju, 23 de Novembro de 2012

FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA: NOVAS
ABORDAGENS**

**“SOB A BATUTA DA TUTELA MILITAR EM SERGIPE”:
PERSEGUIÇÕES, TORTURAS E CASSAÇÃO DOS DIREITOS
CIVIS E RESISTÊNCIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS BANCOS
ESCOLARES.**

Trabalho apresentado pelo acadêmico Marcos Aurélio dos Santos ao curso de Pós-Graduação em Ensino de História como requisito para obtenção do título de Especialista em Ensino de História, pela Faculdade São Luís de França, sob a orientação do Profº. Drº. Fernando José Ferreira Aguiar.

Aracaju, 23 de Novembro de 2012

Resumo:

O golpe civil-militar no Brasil representou um longo período de autoritarismo por parte dos militares que resultou em sérias implicações na vida social, política e econômica da sociedade brasileira. Nesta respectiva temática, do contexto histórico em que o Brasil e Sergipe encontram-se inseridos, Para uma melhor compreensão desse marco histórico podemos destacar os Estados Unidos da América como um dos maiores incentivadores de golpes militares no mundo para expansão do capitalismo, por esse motivo o Brasil não ficou de fora dos planos do poder central do capitalista. Já em nosso trabalho iremos mostrar de forma bem sucinta os governos militares que vai de Castelo Branco ao governo de João Baptista Figueiredo como também iremos relatar não só a prisão do governado do Estado de Sergipe Seixá Dória como também vamos falar de uma figura importante que é o senhor Milton Coelho que lutou muito para que acontecesse o processo de redemocratização no Brasil por esse e outros motivos ele foi preso e torturado e chegou a perder sua visão por completo por conta das torturas sofridas nos porões da ditadura.

Palavras Chaves (Golpe, Governo, Tortura).

Abstract:

The civil-military coup in Brazil represented a long period of authoritarian rule by the military which resulted in serious implications in social, political and economic of Brazilian society. In its theme, the historical context in which Brazil and Sergipe are inserted, For a better understanding of this milestone we highlight the United States as one of the biggest supporters of military coups worldwide expansion of capitalism, therefore Brazil has not been left out of the plans of the central power of the capitalist. Already in our work we will show in a very succinct military governments that vai de Castelo Branco government of João Baptista Figueiredo as we will also report the arrest of not only ruled the State of Sergipe Seixá Doria as we speak also of an important figure and that Mr. Milton Coelho who fought hard for that to happen the process of democratization in Brazil for this and other reasons he was imprisoned and tortured and even loses his sight completely because of the tortures suffered in the dungeons of dictatorship.

Keyword: (Coup, Government, Torture).

“SOB A BATUTA DA TUTELA MILITAR EM SERGIPE”: PERSEGUIÇÕES, TORTURAS E CASSAÇÃO DOS DIREITOS CIVIS E RESISTÊNCIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS BANCOS ESCOLARES.

No Brasil as primeiras discussões sobre a emergência do novo regime concentram-se em duas posições opostas. Os defensores do movimento desde o início estiveram a qualificá-lo de revolução pela conotação positiva que o termo carrega enquanto construção de uma nova fase de grandes realizações. Entretanto, seus opositores, baseados, sobretudo no envolvimento militar e na forma como se realizou a deposição do Presidente da República, passaram a denominá-lo de golpe de Estado, expressão que teve grande aceitação. Mas, com o transcorrer dos anos, alguns estudos foram revelando que a nova realidade política, econômica e social tinha raízes mais profundas, ao tempo que apontavam para uma terceira interpretação, a qual nos parece mais aceitável. Se considerarmos que antes havia uma revolução em marcha. Falou-se em A Tutela Militar em Sergipe (Dantas, Ibarê. 1997).

Pretende-se com esse artigo discutir a tutela militar, a partir da análise do discurso de historiadores que pesquisam o tema no Brasil e em Sergipe, com o objetivo de estudar o processo histórico e, através do registro desses fatos narrados, poderemos fazer um paralelo com o cenário político do nosso estado e a nível nacional, dado à importância que foi o regime militar e a influência deste na vida do povo brasileiro.

A análise deste texto compreende inicialmente, sobre o ensino de História do Brasil, sendo associado à constituição da identidade nacional. (**Circe Bittencourt**)

Na escola, se integram em relatar a História do Brasil de forma que abranja o nacionalismo patriótico, cultos e heróis nacionais e festas cívicas, pautando deste modo, uma narração de um pouco da História do Brasil.

Assim, é tratada em “Identidade nacional e ensino de história no Brasil” neste contexto, alguma consideração acerca de uma reflexão sobre o ensino da História do Brasil, relacionando ao problema da identidade nacional no atual momento histórico em que as histórias nacionais, não apenas em relação ao próprio país, mas em todos os países do mundo ocidental, sendo questões debatidas e repensadas, sobretudo, no que se refere à produção escolar.

É possível observar que, o texto em si, faz críticas à História Nacional e aos valores de nacionalidade delas decorrentes para que, com base em tais críticas, é possível identificar as perspectivas que existem para o ensino da História no Brasil e o

lugar que precisa ocupar para que, efetivamente, possam contribuir na formação intelectual e humanística das atuais gerações.

Deste modo, as críticas ao ensino da História Nacional têm sido feitas, contudo, sob duas posturas diferentes. Entretanto, ambas, é preciso ressaltar vinculadas ao papel da História enquanto disciplina escolar voltada para a formação política dos alunos.

Nesta vertente, uma das posturas atuais para se criticar a História do Brasil está articulada à relação entre o Brasil e a globalização, sendo compreendida como parte menos substantiva e apenas complementar de um mundo capitalista maior; e seu estudo foca, todavia, entender o papel que o país desempenha como nação emergente e, os caminhos que tem percorrido nessa condição sob o impacto do denominado neoliberalismo.

Desta forma, a História do Brasil aparece como apêndice da História global e sua existência deve-se ao desenvolvimento do capitalismo comercial, com base na expansão marítima europeia. Em vista desta análise, apareceu uma produção didática denomina História Integrada, tratando-se de uma abordagem que apresenta inovações, dentre elas a de procurar introduzir o tempo sincrônico, que permite estabelecer novas posturas nas relações tempo/espço e contexto histórico, apesar de manter a lógica de construção dos conteúdos pela ordenação cronológica.

Outro fator a ser destacado é, quanto aos dados quantitativos apresentados, pois, sem dúvida, uma análise qualitativa mais cuidadosa colocam em relevo alguns aspectos importantes dos fundamentos da disciplina e apontam para problemas que merecem uma reflexão mais atenta sobre o papel da História Nacional e sobre os critérios relativos à seleção de conteúdos históricos escolares.

Neste âmbito, a diminuição de conteúdos de História do Brasil nas diferentes séries do ensino fundamental e médio possui um significado que não se situa na História Integrada, enquanto possibilidade de organização e seleção de conteúdo, mas na fundamentação teórica e na lógica que a sustenta.

Assim, em sentido oposto à atual forma de organização de conteúdos, poderia ser feita uma História Integrada inversa, na qual a História brasileira constituísse a maioria dos tópicos e capítulos, dependendo da abordagem e da opção diante da problemática nacional e da concepção sobre a posição econômica e política que o país ocupa na nova ordem mundial capitalista.

Em contrapartida, a forma como grande parte dos livros de História tem apresentado a História Integrada, corre-se o risco do retorno a explicações

fundamentadas na teoria da dependência que, no final dos anos 60, procurava analisar o atraso dos países latino-americanos pela sucessiva onda de situações de dependência.

Essa visão de ensino criava determinadas formas ambíguas de identidade, saindo fortalecida a ideologia do modelo anglo-saxão, responsável pelo desenvolvimento norte-americano. Para algumas tendências mais críticas, surgia a possibilidade de uma integração ou uma certa identidade latino-americana.

Tal risco para a formação da atual geração, por intermédio do ensino de História, pode estar acontecendo novamente se deixar levar por uma História Integrada que coloca em segundo plano os estudos históricos brasileiros.

Uma segunda postura crítica diante do ensino de História do Brasil e da identidade nacional situa a relação entre ensino de História do Brasil e nacionalismo, identificando, sobretudo, os nacionalismos de direita das fases ditatoriais, tanto de Getúlio Vargas como do período dos militares pós-1964.

A difusão de uma ideia de nação que nega ou omite as diferenças sociais, culturais e econômicas tem sido constante na trajetória da disciplina de História. Em verdade, as análises críticas sobre a difusão de um passado único e homogêneo nas fases ditatoriais mencionadas indicam o cuidado do poder instituído em desenvolver sentimentos de valorização de um passado sempre harmonioso, e com um povo confiante no comando de líderes políticos capazes de conduzir a nação rumo ao progresso.

O nacionalismo com tais características, no entanto, não esteve presente no ensino, apenas, no decorrer dos períodos ditatoriais, tendo sido comum à construção de um ideário nacionalista patriótico nas fases liberais do sistema político do país.

Salienta-se que, para a criação de um sentimento nacional era necessário, portanto, desenvolver a ideia do Brasil como pátria de todos, de criar um sentimento de unidade, de saber pertencente não apenas ao seu estado, mas de todas as partes do território. E essa tarefa tornou-se central para muitos intelectuais que entendiam perfeitamente a importância da escola para o sucesso da empreitada.

Compreende-se enfim que, a identidade nacional e a difusão de um sentimento nacional patriótico nas escolas republicanas caracterizam, dessa forma, o que se chama de “nacionalismo de direita”, tratando-se de um nacionalismo voltado para atender aos interesses de determinados setores das elites nacionais, voltados para projetos de manutenção de seu poder e privilégios. Predomina a ideia de união, que omitia

qualquer tipo de manifestação de descontentamento interno das camadas sociais dominadas, evitando tratar das diferenças regionais, sociais ou culturais.

É elucidativo neste texto também, quanto à observação da trajetória do ensino de História do Brasil na constituição da identidade nacional por intermédio de análises dos currículos nacionais do nível secundário. Considerando que a História foi introduzida, de forma obrigatória, nos currículos das escolas, de ter uma identidade nacional, a situação da História do Brasil é, no mínimo, paradoxal, podendo perceber que a História do Brasil, nunca ocupou um lugar significativo nos programas curriculares brasileiros e menos ainda na prática escolar.

As reformulações curriculares, iniciadas no meados da década de 1980, no momento dos intensos debates de redemocratização do país, trouxeram novas perspectivas para o ensino da História do Brasil. O aumento da produção historiográfica, contemplando variados temas, as críticas a uma determinada formulação da História Política, a crescente produção da História Social e a mudança do perfil dos alunos criavam novas necessidades e possibilidades de repensar o ensino da História nacional e de seu papel na constituição da identidade nacional. Algumas das atuais propostas curriculares expressam a preocupação em situar o conhecimento histórico do Brasil como central e como eixo para estabelecer um vínculo com a História Geral. Debate-se e critica-se a História calcada ainda no europocentrismo, sem pretender, negar e omitir vínculos e o legado do passado europeu na história da sociedade brasileira.

Outro fator preponderante é quanto à crítica fundamental que tem sido repetida inúmeras vezes por historiadores, é quanto a História do Brasil tem sido ensinada visando construir a ideia de um passado único e homogêneo, sem denotar para os diferentes setores sociais e étnicos que compõem a sociedade brasileira, referindo-se a essa homogeneidade como uma democracia racial.

O pressuposto de democracia racial, presente ainda em muitas das produções didáticas e incorporado pela tradição escolar, é um aspecto crucial que demanda uma profunda reflexão sobre o seu significado para que possamos transformar os estudos da História do Brasil, fornecendo-lhes critérios científicos que ultrapassem o sentido dogmático de que tem sido revestido. Esta teoria de democratização racial foi criada para fundamentar uma homogeneização cultural e omitir as diferenças e desigualdades sociais, servindo para fortalecer a ideia de uma História Nacional caracterizada pela ausência de conflitos. Em sua face mais perversa, essa mesma teoria serviu para

dissimular as desigualdades sociais e econômicas, e para justificar a situação de miséria e grande parte da população.

A teoria da democracia racial, iniciada pelo livro “Por que me ufano de meu país”, consolidou-se a partir dos anos 20. As interpretações da obra de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala”, passaram a ser introduzida no ensino de História do Brasil. A miscigenação entre senhores e escravas, as ações cristãs de senhores que concediam alforria a seus filhos nascidos nas senzalas, entre outras características da vida na época da escravidão, forneciam os elementos para provar a democracia racial entre os povos.

Assim, omitir ou ignorar os problemas não é uma tarefa educadora. Mas enfrentá-los e apresentá-los como objeto de estudo escolar requer uma série de cuidados. Nessa perspectiva, a História do Brasil deve ser o núcleo central dos estudos históricos nas escolas e jamais um apêndice da História Geral.

Entretanto, a centralidade da História do Brasil, merece uma reflexão e um aprofundamento em dois aspectos essenciais.

O primeiro aspecto refere-se aos critérios de seleção de conteúdos, iniciando sobre a reflexão do que são os denominados “conteúdos tradicionais” para se consolidar uma seleção que responda às necessidades identitárias de todos os setores sociais do atual público escolar.

O segundo aspecto refere-se à dimensão espacial e temporal para o estudo centrado na História do Brasil, devendo contemplar a história local e regional articulada à nacional, situação que requer uma compreensão sobre micro história e seus fundamentos históricos.

Outro fato que se deve sobressair nesses pressupostos, é quanto à omissão e a negligência sobre a história indígena brasileira, pois, é manifestado com maior precisão um dos aspectos do problema do papel da História escolar e da importância em se rever com cuidado quais conteúdos são significativos e como são introduzidos na escola.

Nesta vertente, revela-se também, a necessidade de se refletir sobre a relação entre a micro e a macro história, sendo um dos desafios historiográficos e para a História escolar. Os estudos da história local devem tentar buscar no recorte micro os sinais e as relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, os indícios das particularidades. A História do Brasil se constitui, assim, por uma dimensão nacional, local e regional.

Essa perspectiva conduz a um outro problema. A História brasileira não pode ser um estudo isolado e exclusivo, voltado unicamente para seus problemas internos.

Ser o objeto central do estudo escolar não significa entender um Brasil contra o mundo, devendo sempre procurar saber qual o lugar do Brasil no mundo.

Portanto, a questão da História do Brasil na escola requer um compromisso político e cultural, para que a História Nacional seja cuidadosamente estudada, que a seleção de conteúdos da História do Brasil seja central e prioritária e que se obedeça a critérios metodológicos e com fundamentação teórica rigorosa tanto no que se refere à historiografia quanto à pedagogia, para evitar-se um ensino dogmático e ideológico.

Para entender o período da ditadura militar, penso que temos que nos situar o momento histórico, é o que está acontecendo no Brasil e no mundo naquele instante, já na década de 60 podemos perceber o auge da guerra fria, o mundo dividido em países capitalistas e países Socialistas e o império norte Americano com interesse de espalhar no mundo o máximo possível nos países, o Capitalismo e por isso ele alimenta nos países os Golpes Militares, na América Latina principalmente.

No Brasil não poderia ser diferente, o mesmo sendo governado por um Presidente no mínimo do Centro Esquerda, que era João Goulart, e isso atemoriza as classes médias e os militares do Brasil, classe media essa que vai dar o apoio aos militares para que eles possam dar o golpe “que outros falam que foi a revolução de 1964” que acaba pegando a população brasileira de surpresa quando o primeiro militar assume como presidente da república Castelo Branco muitos comentarão que Castelo não tinha noção do poder que tinha nas mãos (poder ilimitado) como outros também defende Castelo de uma linha moderada mais ele foi tão perverso quanto os outros presidentes militares. Então Castelo Branco primeiro Presidente, depois, Costa e Silva já bem mais drástico com seus atos constitucionais, com um tempo fica doente e, precisa se afastar da Presidência, em seguida podemos classificar como o pior presidente militar para a população brasileira; Emílio G. Médici o pior dos ditadores.

No governo de Médici vai fazer a perseguição política, censura e à falta de liberdade de expressão. Por dizer que ele foi o pior dos ditadores não quer dizer que ele era burro até por que ele iria aproveitar a copa do mundo de 1970 para tentar enganar a população que está feliz ele iria aproveitar esse momento para esconder ainda mais o que acontecia de pior em seu governo que era a tortura que estava acontecendo nos porões dos quartéis de polícia do Brasil.

Em linhas gerais, o ano de 1970 contribuiu muito para esconder, não só no Brasil mais em todos os seus estados e federações e principal em Sergipe, Médici aproveitou-

se desse instante. Em seguida vem o Governo de Geisel que para o império norte americano já não é tão interessante porque a ditadura defende uma ideia nacionalista, e com a proximidade de Geisel com a Alemanha, já não se dava mais tanto crédito como se deu antes daí começa o desinteresse dos Estados Unidos em relação ao governo brasileiro. Um ponto positivo do governo de Geisel foi de dar a anistia as pessoas que saíram do país, que puderam voltar para casa sem o medo da perseguição.

Na transição dos anos 1970 para os 1980 veio o governo de, João Baptista Figueiredo, pra que ele possa dar continuidade a esse processo de abertura da anistia. Mais o governo de Figueiredo é marcado pelas diretas já, um movimento muito importante que acontece no país, diretas para presidente, a população vai às ruas e mesmo assim não é passada a ideia das diretas de 1984.

Com a implantação do processo de transição e reabertura política do país são marcadas e definidos os critérios para o processo eleitoral indireto voltado à escolha de mais um novo presidente da república, dessa vez, representado por um presidente civil. É neste contexto que se apresentam como candidatos à disputa da vaga Paulo Maluf e Tancredo Neves, saindo vitorioso desse pleito Tancredo Neves, mas não assumindo o poder por conta de sua doença que o acometerá e levará à morte.

O evento, traumático ao povo brasileiro, mostrou-se como episódio de temor a que tudo até então conquistado derrocasse. Isso, porque o candidato à vice-presidência. José Sarney foi quem assumiu no lugar de Tancredo, aos 15 de março de 1985. Sarney reconhecido como filiado às forças autoritárias e retrogradadas. (Santos 2003, p.89).

Com a morte do então candidato eleito, o país se comove com sua morte, assumindo a presidência o seu vice, José Sarney, que sempre esteve atrelado ao governo dos militares.

Analisado desta forma, podemos compreender que, mesmo com a abertura política e todo o processo que levou o país à redemocratização, o que percebemos é que, embora o governo de Sarney fosse diferente da ditadura militar, uma vez que ele era um representante civil, os militares não se desvinculam totalmente do poder haja vista Sarney sempre politicamente ter apoiado os militares no poder, bem como

compactuar com os então aliados daquele sistema de gestão política, a exemplo do baiano Antônio Carlos Magalhães, e do pernambucano Marco Maciel.

Já em Sergipe acontece a prisão e a cassação dos direitos políticos do então governador do estado, João Seixas Dórea, cujos motivos alegados pelos militares se deve ao fato de o gestor político sergipano ter assinado o manifesto dos governadores democratas, uma iniciativa do paulista Ademar de Barros, Aliado do presidente João Goulart, que defendia as chamadas reformas de base a ponto de opor-se, via rádio, ao Golpe Militar, que abreviou o mandato presidencial em 31 de março de 1964, tendo Seixas Dórea sido aprisionado no dia seguinte e levado à Ilha de Fernando de Noronha e em seu lugar foi empossado o vice-governador Sebastião Celso Carvalho que apoiava o regime militar desde muito tempo.

Com o advento e instauração do golpe, vários brasileiros foram presos, rechaçados, torturados, muitos desapareceram e outros, para manter a sua integridade física e moral tiveram que solicitar asilo político. Dentre os muitos presos políticos, é mister destacarmos, no caso sergipano, a figura ilustre do senhor Milton Coelho, que ficou cego em consequência das torturas que sofreu nos porões do 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju. Ele foi um dos sergipanos presos pela Operação Cajueiro, desencadeada pela Polícia em solo sergipano para prender cidadãos que reagiram ao golpe militar.

A Operação Cajueiro foi deflagrada numa sexta-feira, exatamente no dia 20 de fevereiro de 1976, momento em que o Coronel Oscar da Silva e outros oficiais da 6ª Região Militar, sediada em Salvador, instauraram Inquérito Policial Militar (IPM) e sequestraram ativistas, estudantes, trabalhadores e militantes políticos sergipanos que lutavam pela redemocratização e pelo fim da ditadura militar no Brasil. Depois de sequestrados, as vítimas do regime militar foram levadas presas e algemadas para as dependências do quartel do 28º Batalhão de Caçadores, onde ocorreram as sessões de torturas físicas e psicológicas, com participação de unidades dos órgãos de segurança sediados em Sergipe. Dias depois, a maioria dos presos políticos foi liberada, permanecendo no quartel Márcelio Bonfim Rocha, Milton Coelho de Carvalho, Carivaldo Lima Santos e Jackson de Sá Figueiredo. Estes passaram 50 dias no quartel, na condição de presos políticos.

Diante das pressões de vários grupos sociais, a economia passou a apresentar problemas que exigiam medidas corretivas, inclusive contenção de gastos, mas as tendências populistas não admitiam sacrifícios sociais. A politização exacerbou-se e as propostas de mudanças se radicalizaram, questionando a propriedade privada dos meios de produção, apontando para o socialismo o governo foi perdendo a luta político-ideológica e o projeto nacional-popular foi atropelado por uma coalização civil militar que interveio, levando ao seu termo o domínio populista, interrompendo o processo democrático. (DANTAS, 2004 p.171).

Então, em Sergipe, pode-se dizer que a repressão não foi ainda maior porque o novo governante não exacerbou as tensões com os militares. Uma vez instalado seu controle sobre o governo, os militares passaram a ter uma grande predominância na sociedade política, ou seja, embora não governassem diretamente, mas eles continuaram com um grande poder de pressão, não apenas sobre o Executivo, mas também sobre o Legislativo, e de alguma forma o Judiciário.

O que ocorreu, foi que os grupos da sociedade civil, eles não tiveram condições de concorrer com essa influência marcante dos militares, controlando o aparelho do Estado, e com o poder de coerção, sobre os grupos civis que são em si, desarmados.

Em vista disso, a imprensa, os sindicatos, o movimento estudantil, e tantos outros setores da sociedade civil, se viram muito controlados e, sem grande poder de ação que tivessem alguma consequência maior sobre a sociedade política controlada pelos militares.

É verdade que, durante o período de 64 até 84, o regime autoritário vive momentos diferenciados. Primeiro uma ascensão da repressão, depois é o ápice da repressão, depois vem o momento de declínio com uma nova institucionalização com a abertura política, a distensão. O Curioso é que no momento em que esse movimento de distensão começa a se manifestar, ocorre às prisões num novo ciclo que foi a operação Cajueiro, que foram durante essa operação Cajueiro, que se registraram as culturas mais sistemáticas, as torturas mais desumanas e, isso é o que agente colheu através de informações da imprensa, apesar de estar sob o controle, mas aqui ou acolá, ela deixava informações importantes. Além dos depoimentos pessoais que foram muito importantes

para montar todo o xadrez desse momento político, bastante lamentável (Uma análise sobre um ex-militante do Partido Comunista. O Sr Milton Coelho de Carvalho).

Sua continuidade física, na medida em que ele ficou cego, foi perseguido, foi um dos que mais resistiu às torturas de forma muito brava, de forma muito decidida, mas teve uma consequência muito grande para a sua saúde, para as suas condições físicas futuras, então ficou como um exemplo emblemático até aonde a ação dos militares foram capaz de fazer tanto mal a saúde do cidadão.

Escrever sobre esse momento e recordar esse momento são procedimentos importantes, porque as pessoas que vivem hoje no processo democrático, nem sempre ou raramente tem a dimensão de quanto é nefasto o Estado autoritário, de quanto à ausência de liberdade, de manifestação da sociedade traz danos, não apenas ao Estado, mas, sobretudo, a sociedade como um todo, na medida em que até o processo de desenvolvimento que ele sofre problemas decorrentes desta manifestação autoritária, então quando recorda sobre esse momento, nós estamos procurando chamar a atenção da importância do processo democrático.

O Brasil hoje tem como forma de governo uma democracia, consequência de lutas empreendidas por movimentos sociais e políticos e por personalidades que se destacaram, através de suas atuações, na defesa da construção de um Estado democrático. No entanto, pouco se conhece da trajetória desses indivíduos que lutaram por ideias de liberdade e pela possibilidade de participação política. Daí a necessidade de fazermos esse estudo.

Bibliográficas:

DANTAS, IBARÊ. **A tutela militar em Sergipe 1964-1984**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

BITTENCOURT CIRCE MARIA FERNANDES. História do Brasil, **identidade nacional e ensino de história do Brasil**. In: KARNAL, Leandro. (Org) **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 185 – 204.

DANTAS, IBARÊ. **História Política de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 2004.

DÓRIA, SEIXA. **Eu, réu sem crime**. Rio de Janeiro: Equador, 1964.

SANTOS, WANDERLEY GUIMARÃES dos. **O Regresso**: mascaras institucionais do liberalismo oligárquico.

GASPARI, ELIO. **A Ditadura Encurralada** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.